

DOS QUASE BRANCOS AO PERIGO AMARELO: representações sociais sobre os nikkeis, a partir do processo de imigração no Brasil¹

AKUTSU, Beatriz Hiromi da Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil,
biakutsu@gmail.com

MONICA, Eder Fernandes

Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, ederfm@id.uff.br

MARTIRE, Gabriel Cerqueira Leite

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil,
gclm85@yahoo.com.br

RESUMO

A proposta desse artigo é analisar, por meio de revisão bibliográfica, as representações sociais construídas sobre os nikkeis no Brasil, a partir do processo de imigração. Considerando que o contexto político e social teve um papel fundamental na construção e transformação dessas representações, será lançado um olhar retrospectivo sobre elas, para que, assim, seja possível ter uma compreensão mais profunda sobre o contexto atual.

Palavras-chaves: identidade nacional; identidade nikkei; imigração japonesa; perigo amarelo; representações sociais.

RESÚMEN

La propuesta de este artículo es analizar, por medio de revisión bibliográfica, las representaciones sociales construidas sobre los nikkeis en Brasil, a partir del proceso de inmigración. Considerando que el contexto político y social desempeñó un papel fundamental en la construcción y transformación de esas representaciones, se echará una mirada retrospectiva sobre ellas, para que así sea posible tener una comprensión más profunda sobre el contexto actual.

Palabras claves: identidad nacional; identidad nikkei; inmigración japonesa; peligro amarillo; representaciones sociales.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze, through a bibliographical review, the social representations built on nikkei in Brazil, starting from the immigration process.

¹ Esse artigo corresponde à segunda parte de uma pesquisa mais ampla, cujo tema é a violência contra a mulher e a identidade das mulheres nikkeis

Considering that the political and social context played a fundamental role in the construction and transformation of these representations, a retrospective look at them will be launched, so that a deeper understanding of the current context can be realized.

Keywords: national identity; Nikkei identity; Japanese immigration; yellow danger; social representations.

SUMÁRIO. I. INTRODUÇÃO; II. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO JAPONESA; III. A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS NIKKEIS, A PARTIR DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

I. INTRODUÇÃO

Embora o tema da violência contra a mulher venha sendo discutido com mais profundidade desde a década de 1970 e muitas conquistas tenham sido realizadas nesse sentido, no ranking mundial, o Brasil ainda ocupa o quinto lugar no número de feminicídios². Por essa razão, a partir da década de 1980, pesquisas com enfoques diferentes têm sido realizadas para discutir esse tema.

Ainda que haja formas diversas de analisar as relações de violência, o que se constata é que a desigualdade de poder entre os gêneros é uma constante, encontrada em todas as épocas e sociedades. No entanto, a violência não atinge todas as mulheres da mesma forma, uma vez que o gênero não é o único elemento de opressão. Fatores como a classe social, a raça, a idade e a orientação sexual, por exemplo, combinados com o gênero, resultam em diferentes formas de violência³.

Embora o Brasil seja um dos países que mais recebeu imigrantes japoneses no mundo, tendo, atualmente, o maior número de japoneses e seus descendentes vivendo fora do Japão⁴, não foi encontrada nenhuma pesquisa que tratasse especificamente do tema relacionado à violência contra a mulher nikkei⁵. Diante disso, surgiu a seguinte pergunta: quais novidades para as discussões de violência de gênero no Brasil são possíveis identificar a partir das identidades das mulheres nikkeis e suas representações sociais?

² WAISELFISZ, J. J., “Mapa da Violência 2015”, 2015. Disponible en la web « http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf » [12-05-2019]

³ JARAMILLO, I. C. “La crítica feminista al derecho”. Genero y teoria del derecho, Bogotá, 2000, p.113.

⁴ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, São Paulo, 2015, p.30.

⁵ Nikkei: todos os japoneses e seus descendentes que vivem fora do Japão.

Dessa forma, a proposta desse artigo, que constitui uma das etapas dessa pesquisa mais ampla, é analisar as representações sociais construídas sobre os nikkeis, independentemente do gênero, se masculino, feminino ou outra identificação de gênero, a partir do processo de imigração. Considerando que o contexto político e social teve um papel fundamental na construção e transformação dessas representações, será lançado um olhar retrospectivo sobre elas, para que, assim, em uma próxima etapa da pesquisa, seja possível ter uma compreensão mais profunda sobre o contexto atual.

Com relação à estrutura do artigo, inicialmente, será abordado o tema da construção da identidade nacional brasileira e suas relações com a imigração japonesa: de que forma ela estava sendo pensada, quais eram as políticas de imigração no Brasil e de emigração no Japão, e como os interesses dos governos brasileiro e japonês convergiram na época. Depois, serão apresentadas as fases da imigração japonesa no Brasil.

No tópico seguinte, partindo da primeira fase da imigração japonesa, serão apresentados fatos históricos, locais e globais, que ajudam a explicar as transformações verificadas nas representações dos japoneses e seus descendentes ao longo da história.

II. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO JAPONESA

Considerando que o Brasil é um país multicultural – ou multiétnico –⁶, antes de iniciar a discussão sobre a identidade dos brasileiros nikkeis, é importante compreender como se deu o processo de criação da identidade nacional brasileira, que, por sua vez, esteve intimamente ligado às políticas de imigração da época:

A partir da chegada dos europeus, em inícios do século XVI, o Brasil passou a receber um número cada vez maior de migrantes de todo o Império português e da África, que então entraram em contato com as populações indígenas. [...] À medida que o Brasil passava de colônia de Portugal (1500-1822) à império independente (1822-1889), para em seguida se tornar república (de 1889 até o presente), uma série de processos levaram à criação de uma sociedade pluralista, com uma hierarquia racial que colocava a branquidão no topo e a negritude na base⁷.

⁶ LESSER, J. “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 38, cit.

⁷ LESSER, J. “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 38, cit.

De acordo com Jeffrey Lesser, historiador americano especializado nos estudos de brasilidades, a ideologia do branqueamento⁸ teve um papel decisivo na formulação da política de imigração. Entre 1872 e 1972, chegaram no Brasil cerca de 5.345.889 imigrantes, dentre os quais 4.224.240 eram de origem europeia – portugueses, italianos, espanhóis e alemães -, e 248.007 de origem japonesa⁹, como demonstra a tabela a seguir:

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-	1.662.180	1.662.491	716.052	223.517	248.007	873.642	5.34
1972							5.88
							9

Tabela 1. Quantidade de imigrantes no Brasil por nacionalidade

Embora o número de japoneses seja bem menor que o de portugueses e de italianos, ainda assim, representa uma parcela significativa, aproximadamente, 5% do total de imigrantes desse período. De acordo com Lesser, a política de incentivo a vinda dos imigrantes japoneses, assim como ocorreu com os europeus, também encontra explicações na ideologia do branqueamento.

Entre 1868 e 1912, o Japão viveu um processo de industrialização e ocidentalização, que ficou conhecido como Era Meiji¹⁰. No entanto, essa modernização também foi acompanhada de um crescimento da pobreza e escassez de alimentos para a população rural. Diante disso, para “aliviar as pressões sobre a terra e, ao mesmo tempo, criar colônias no exterior para o cultivo de alimentos a serem exportados de volta para o Japão”¹¹, o governo japonês desenvolveu uma política de incentivo à emigração.

Nesse mesmo período, o Brasil, que estava com a sua produção agrícola em expansão e precisava de imigrantes dispostos a povoar e trabalhar nas suas terras. Como

⁸ No Brasil, a vinda dos imigrantes se deu em um contexto ainda escravocrata, embora a abolição da escravidão já tivesse ocorrido em 1888. Apesar de serem frequentemente maltratados e viverem em situação de exploração, esses imigrantes não eram escravos. Por conta da ideologia do branqueamento, muitos deles tentaram se distanciar dos ex-escravos ou de pessoas com ascendência africana. De acordo com Lesser, “o branqueamento, como eles diziam, significava que a população poderia ser fisicamente transformada, passando de negra para branca por meio da combinação de casamentos mistos e políticas de imigração. O ‘sangue’ branco ‘forte’ passaria a sobrepujar o dos não brancos ‘fracos’, e a lei impediria a entrada de raças ‘fracas’”. LESSER, J. A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração, p. 41, cit.

⁹ LESSER, J. “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 41-44, cit.

¹⁰ Para mais informações, consultar: SAKURAI, C. “Os japoneses”, São Paulo, 2011, p. 1297-1594.

¹¹ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 206, cit.

a tentativa de contratar mão de obra chinesa não vingou¹² e a experiência com os europeus não estava sendo muito bem-sucedida, uma vez que esses últimos “pareciam gastar mais tempo lutando por seus direitos do que ‘branqueando’ o país, o Brasil voltou o seu interesse para os japoneses”¹³. Em função da Era Meiji, influenciada pela cultura ocidental, a imagem que as elites japonesas passavam sobre o Japão era a de que ele seria o país “branco” da Ásia. Isso acabou por interessar o Brasil, uma vez que essa imagem ia ao encontro da ideologia do branqueamento presente na política de imigração brasileira. Dessa forma, em 1895, foi assinado um Tratado entre Brasil e Japão que regulamentava o processo de imigração dos japoneses para o Brasil¹⁴.

De acordo com Jeffrey Lesser, “a imigração é tão importante para a identidade nacional brasileira que até mesmo pessoas não nascidas no exterior muitas vezes são definidas como ‘imigrantes’”¹⁵. Segundo Célia Sakurai, cientista social e especialista na história da imigração japonesa, no período compreendido entre 1908 e 1970, com exceção da época da segunda guerra mundial, o Brasil recebeu um fluxo contínuo de imigrantes japoneses, totalizando, nesse intervalo, cerca de 250 mil¹⁶.

Esse processo, no entanto, teve características diferentes em cada momento da história. Hiroshi Saito, sociólogo e um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema, dividiu a imigração japonesa no Brasil em três fases distintas¹⁷.

Na primeira, compreendida entre 1908 e 1941 e que antecedeu a segunda guerra mundial, o Brasil recebeu cerca de 190 mil imigrantes japoneses. Essas pessoas tinham por objetivo trabalhar nas plantações de café, acumular recursos e retornar rapidamente para o Japão¹⁸. A partir de 1924, por conta de uma medida dos EUA, que proibiu a

¹² Segundo Lesser, os fazendeiros estavam insatisfeitos com os europeus, “que pareciam gastar mais tempo lutando por seus direitos do que branqueando o país”, por isso, optaram por tentar contratar a mão de obra chinesa, uma vez que os chineses eram considerados mais baratos, eficientes e dóceis que os europeus. No entanto, em função das dificuldades de fechar um Tratado de Comércio com o governo chinês, essa contratação não deu certo. LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 207, cit. CZEPULA, C. “Os indesejáveis chins”: a imigração chinesa nas páginas do Jornal Gazeta de Notícias (1879). ANPUHSP (XXIII), São Paulo, 2016, p. 1-2.

¹³ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 207, cit.

¹⁴ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 208, cit.

¹⁵ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 28, cit.

¹⁶ SAKURAI, C., “Os japoneses”, p. 2462, cit.

¹⁷ SAITO, H., “A presença japonesa no Brasil”, São Paulo, 1980.

¹⁸ MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, 2011. Disponível em la web « <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23052013-121835/pt-br.php> » [10-05-2019] p. 59.

entrada de japoneses, o Brasil passou a ser um destino mais procurado¹⁹. No período da II Guerra Mundial, em função do fechamento das rotas marítimas, o fluxo de imigrantes diminuiu consideravelmente^{20 21}.

A partir de 1953 até 1962, após o final da guerra e que corresponde à segunda fase, o Brasil voltou a receber nova leva de imigrantes japoneses. Dessa vez, em número bem mais baixo que o período anterior: em torno de 50 mil. Esses imigrantes eram encaminhados, principalmente, para concentrações da colônia em São Paulo, no Paraná, em alguns pontos da Amazônia, do Nordeste e do Sul. Diferentemente do que ocorreu na primeira fase, a maior parte deles veio com o objetivo de permanecer definitivamente no Brasil.

A última fase, que se iniciou em 1963, não é considerada por alguns autores como um período propriamente da imigração, pois, nessa época, a vinda dos japoneses foi motivada, principalmente, por questões de trabalho e teve caráter provisório, embora alguns tenham acabado por se fixar definitivamente no Brasil²².

Partindo dessa contextualização histórica, no tópico a seguir, será discutido como cada um desses momentos, inseridos no contexto social e político da época, influenciou na construção e transformação das representações sociais sobre os japoneses e seus descendentes.

III. A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS NIKKEIS, A PARTIR DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

Entre o final de 1800 e início de 1900, época da Era Meiji e da política de emigração realizada pelo governo do Japão, os japoneses eram vistos pela elite brasileira como um povo superior ao chinês²³, facilmente assimilável, trabalhador, tranquilo, limpo, intelectualmente superior e, de certa forma, parecido com o europeu. Tais representações se refletem na impressão tida pelo inspetor de agricultura de São Paulo, J. Amândio Sobral, quando recepcionou os imigrantes no desembarque:

¹⁹ SAKURAI, C., “Os japoneses”, p. 2480, cit.

²⁰ SAKURAI, C., “Os japoneses”, p. 2467, cit.

²¹ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 28, cit.

²² MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, p. 59, cit.

²³ É importante lembrar que, antes disso, os chineses foram a primeira opção para contratação de mão de obra, mas, por conta da recusa do governo chinês de fechar um Tratado de Comércio com o Brasil, essa contratação acabou por não se concretizar.

Ele ficou impressionado ao saber que quase 70% dos colonos eram alfabetizados e que, ‘contrastando flagrantemente com [...] nossos operários’, eles não tinham aparência pobre. Igual espanto lhe causou o fato de que os imigrantes usavam roupas europeias, compradas e fabricadas no próprio Japão, e estavam ‘penteados com cuidado’, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam’, Os alojamentos e refeitórios do Kasato Maru estavam em estado de perfeita limpeza, e todos usavam ‘roupas limpas’, tinham ‘corpos limpos’, e todos traziam bolsas com escovas de dente, escovas de cabelo e navalhas, algo que apenas os brasileiros mais ricos levavam em suas bagagens. ‘A raça é muito diferente, mas não inferior’²⁴.

De acordo com a historiadora Márcia Yumi Takeuchi, que analisa charges e caricaturas publicadas no Brasil antes da II Guerra Mundial, é inegável a participação da mulher japonesa na construção dessas representações. Segundo a autora, nos primeiros anos da imigração, a mulher oriental era idealizada:

Identificamos, nos primeiros anos da imigração, a idealização da oriental, característica vinculada ao exótico: o abismo cultural, a originalidade romântica. [...] Neste caso, como nos anteriores, a *japonesa* atende ao anseio nacional, qual seja, o desejo de repetir o rápido sucesso japonês na modernização de suas indústrias civil e militar, com a manutenção de suas tradições. Observe-se que a “gueixa” em questão, adornada pelas cores exuberantes e quentes, não transmite uma sensualidade exacerbada e pecaminosa, ao contrário, somente um exotismo esteticamente agradável²⁵.

Embora a mulher japonesa fosse representada com certa idealização, as imagens veiculadas em livros e folhetos da época também revelavam o interesse da elite pelo branqueamento da população:

[...] Todas mostravam homens japoneses casados com mulheres brasileiras (ou imigrantes europeias) brancas que haviam gerado filhos brancos. O simbolismo das fotografias era uma afirmação agressiva da possibilidade de assimilação e da similaridade. Da mesma forma que os europeus, os japoneses iriam produzir crianças brancas²⁶.

Para todos os imigrantes os jornais também tiveram um papel importante na criação das suas identidades. No caso dos japoneses, destacaram-se o Shukan Nambei e o Nippak Shimbun, ambos fundados em 1916. Nesses jornais, também veiculavam

²⁴ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 209, cit.

²⁵ TAKEUCHI, M. Y., “Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas”(1897-1945), 2009. Disponible en la web « <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-132805/pt-br.php> » [13-06-2019] p. 256.

²⁶ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 219, cit.

matérias publicadas em jornais brasileiros e que eram traduzidas do português para o japonês²⁷.

Ainda que o período da II Guerra Mundial possa ser caracterizado como o marco na transformação da imagem dos japoneses no Brasil, é possível notar os primeiros sinais dessa mudança já na primeira metade da década de 1930, nos discursos oficiais que circularam durante a elaboração da Constituinte de 1934:

Durante meses alguns projetos de emendas discriminatórias e restritivas contra os japoneses e negros foram discutidas no Parlamento brasileiro. A tônica geral era a proibição total das duas imigrações, ou a proibição da imigração “negra” de qualquer procedência e a restrição à imigração de “amarelos”, o que resultava na tendência de se aceitar somente a imigração de europeus “brancos” e selecionados²⁸.

Nos debates da Constituinte, da perspectiva dos antinipônicos, observam-se duas linhas argumentativas: (i) aquelas que tentam se apoiar em teorias científicas da época, que defendiam a importância da eugenia para a seleção dos imigrantes e para a formação do povo brasileiro; (ii) e aquelas que justificam a restrição da entrada dos japoneses pela representação do Japão, como perigo imperialista. De acordo com Mizumura, “nas primeiras décadas do século 20, o forte militarismo e expansionismo do Japão pela Ásia contribuiu para difundir a imagem dos japoneses no Brasil como perigosos politicamente [...]”²⁹. Nessa perspectiva antinipônica ou racista³⁰, destacam-se Francisco José de Oliveira Viana, jurista, historiador e sociólogo; Miguel de Oliveira Couto, médico e político; e Antonio Xavier de Oliveira, político e médico.

Do outro lado, estavam os pró-nipônicos, representados por aqueles que defendiam a imigração japonesa para o Brasil, que denunciavam o caráter racista das emendas restritivas e que afirmavam a capacidade de assimilação do povo japonês, e sua utilidade para a agricultura. Dessa perspectiva, destacam-se Moraes de Andrade, advogado de uma companhia japonesa; Edgard Roquette Pinto, antropólogo; e Alfredo Ellis Júnior, antropogeográfico.

²⁷ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 214, cit.

²⁸ NUCCI, P. “O perigo japonês”. Revista História Social (n. 12), Campinas, 2006, p. 39.

²⁹ MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, p. 77, cit.

³⁰ Atualmente, o conceito de racismo está mais relacionado à questão do povo negro. No entanto, em estudos que abarcam a primeira metade do século XX, esse conceito foi utilizado, embora com pouca frequência, de forma mais abrangente, fazendo referência ao antissemitismo e ao antiniponismo. NUCCI, P., “Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios”, São Paulo, 2010, p. 6.

Nos debates da Constituinte é interessante observar como cada linha argumentativa foi construída e mais ou menos legitimada, de acordo com a posição que os seus defensores ocupavam: do lado dos antinipônicos, estavam profissionais ligados às ciências médicas e, além disso, eles próprios eram os debatedores e as referências científicas para o tratamento do assunto; do outro lado, estava Moraes de Andrade, que respondia a eles, baseando-se em cientistas sociais de referência:

Um antinipônico radical, como Xavier de Oliveira, apresenta argumentos melhor construídos do que os de Moraes de Andrade. O argumento racista contra os japoneses e negros parecia ser mais convincente do que o dos pró-nipônicos ao utilizar-se de uma linguagem e de certo cabedal científico brasileiro e internacional sobre raça, que preconizava a seleção imigrantista e desaconselhava os mestiçamentos entre raças muito “distantes”, como se verá. A força destes tipos de argumentos científicos em criar legitimidade pode ser vista nos textos e discursos de Xavier de Oliveira, Arthur Neiva e Miguel Couto, que ao se tornarem vitoriosos na proposição de restringir a imigração japonesa provam que os manifestos anti-racistas e as novas concepções da sociologia trazidas por Gilberto Freyre ainda não haviam adentrado com força os locais de poder onde estavam se estabelecendo as diretrizes sobre a imigração de estrangeiros³¹.

Mais especificamente, com relação à mulher japonesa, é possível observar uma transformação na representação de sua imagem em um período anterior, nos finais de 1920, de gueixa idealizada ela passa a ser “prostituta de sexualidade perniciosa e mecanismo de transmissão de doenças físicas e morais. Essa situação caracteriza-se pela definição da ruptura relativa dessas imagens, evidentemente condicionadas pelas circunstâncias políticas”³².

Além disso, do ponto de vista global, é importante lembrar que a perspectiva antinipônica brasileira não era um caso isolado, uma vez que estava amparada no movimento internacional contra a mestiçagem, que tinha como base argumentos eugenistas pretensamente científicos, como o caso da Alemanha nazista.

Com o início da II Guerra Mundial, embora o Brasil ainda não estivesse envolvido diretamente no conflito, os japoneses e seus descendentes que aqui residiam passaram a viver momentos de muita tensão. Em 11 de março de 1941, o governo assinou um decreto que determinava a responsabilização de japoneses, alemães e italianos que viviam no Brasil por atos de agressão cometidos pelos seus países durante a guerra contra brasileiros:

³¹ NUCCI, P. “O perigo japonês”, p. 43, cit.

³² TAKEUCHI, M. Y., “Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)”, p. 259, cit.

Abandonando a neutralidade inicial, o governo brasileiro, em 11 de março de 1941, baixou um decreto sobre a indenização por atos de agressão, dispondo que os bens e direitos dos súditos, alemães, japoneses e italianos (pessoas físicas e jurídicas), respondem por prejuízos que para os bens e direitos de pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram ou resultarem, de atos de agressão praticada pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. Daí o confisco que se seguiu atingindo bens pertencentes à comunidade nikkei³³.

Em agosto de 1942, com o ingresso do Brasil na guerra ao lado dos aliados, as tensões já existentes se intensificaram:

Limitações de toda ordem foram impostas aos súditos do Eixo, tais como: o deslocamento coativo das pessoas que se encontravam em áreas consideradas de segurança nacional; o confisco de bens; a proibição do ensino e do uso da língua de origem; a proibição de rádios, jornais e revistas em japonês; o fechamento de escolas japonesas e do consulado japonês; as prisões indiscriminadas por suspeitas de espionagem. Os arquivos do DEOPS revelam prisões das mais arbitrárias, como, por exemplo, a do nissei José Takayama, em 11 de janeiro de 1944, pelo “crime” de ter-se expressado em público em língua japonesa³⁴.

Dessa forma, não é de se estranhar que, durante a II Guerra Mundial, tenha havido um aumento das preocupações nacionalistas e eugenistas e que, por isso, esse período represente um marco na transformação da imagem dos japoneses no Brasil. Assim, no ano em que o Brasil declarou guerra ao Eixo³⁵, é possível constatar, por meio de jornais e publicações da época, a presença de uma forte propaganda antinipônica. De acordo com a pesquisadora Priscila Nucci, os textos desse período construía a imagem dos imigrantes japoneses como inimigos do país, que passaram a ser conhecidos como o “perigo japonês” ou “perigo amarelo”:

O autor caracteriza os japoneses como um “povo inassimilável, fisicamente inferior, moralmente diferente do nosso, instrumento passivo de uma política imperialista [...] contra todo o continente americano”, comparáveis a vírus que invadem o organismo da nação, que deveria ser defendida em seus aspectos geográficos, étnicos e religiosos (COARACY: v-vi e x) [...] Configura-se, nesse momento, a cristalização de uma imagem que foi elaborada durante décadas, ou seja, a imagem do imigrante japonês como inimigo do país, como um invasor que

³³ HARADA, K., “As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra”. O nikkei no Brasil (3. Edição), São Paulo, 2013, p. 69.

³⁴ HARADA, K., “As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra”, p. 69, cit.

³⁵ Em agosto de 1942, após o afundamento de cinco navios brasileiros e, em função das pressões exercidas pelos Estados Unidos, o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, grupo composto pela França, Inglaterra, EUA e URSS, e declarou guerra ao Eixo, grupo composto pela Alemanha, Itália e Japão. HARADA, K. “As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra”, p. 69, cit.

não fazia parte da mesma humanidade dos chamados brasileiros e que, portanto, era “inassimilável”³⁶.

Nessa época, todas as pessoas que tinham aparência asiática corriam o risco de serem tachadas de agentes japoneses infiltrados. Como a China era aliada do Brasil, na tentativa de diferenciar chineses e japoneses, a polícia política brasileira passou a circular panfletos que falavam de aparência e etnicidade:

Um outro folheto intitulado “Como distinguir um chinês de um japonês” trazia figuras e dicas úteis: “Os chineses são racialmente menos complexos que os japoneses [...]. Os japoneses são maus, os chineses são bons; os japoneses são falsos, os chineses são sinceros; os japoneses são rudes, os chineses são amáveis”³⁷.

Mais de vinte anos após o fim da II Guerra Mundial, embora os japoneses e seus descendentes não fossem mais considerados como o “perigo amarelo”, as imagens que os representava na mídia ainda estavam carregadas de aspectos discriminatórios:

Nos finais da década de 1970, houve um modismo na propaganda: comerciais de TV com a figura de japoneses falando “errado”, ou seja, ignorando a linguagem culta e carregando no sotaque. Para surpresa de muitos, o sucesso foi enorme. As caricaturas de “japoneses” fizeram grande sucesso: venderam cadernetas de poupança, gravadores, lavadoras de roupa e fixaram a marca de uma desconhecida panela de pressão, a Lares (ou “rares”, como dizia o ator). Parte da comunidade nikkei protestou contra os comerciais, considerados ofensivos e constrangedores. Publicitários reconheciam a utilização de estereótipos ultrapassados e o espírito de gozação, mas defendiam a eficiência de seus anúncios³⁸.

É interessante observar que, diferentemente da primeira geração de japoneses no Brasil - os ditos “isseis”-, os seus descendentes - ou “nisseis” -, que são conhecidos como a segunda geração, ainda que tivessem a intenção de se integrar ao povo brasileiro, isso, por si só, não bastava para que deixassem de ser discriminados e fossem, então, considerados brasileiros:

Não bastou, como defendiam alguns intelectuais nipo-brasileiros, uma nova postura do próprio nikkei: considerar-se sempre brasileiro, reafirmando em todas as situações que não é um “japonês”. A plena inserção não depende apenas da postura e da mentalidade de um grupo – o mundo social externo opera com mecanismos

³⁶ NUCCI, P. “O perigo japonês”, p. 134, cit.

³⁷ LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, p. 226, cit.

³⁸ MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, p. 66, cit.

que discriminam e diferenciam, e superá-los não é questão apenas de vontade pessoal ou do grupo³⁹.

Diante disso, na tentativa de transformar e melhorar a imagem dos descendentes de japoneses, intelectuais da comunidade nipo-brasileira criaram diversos projetos valorizando os nisseis, como o programa de rádio “A Voz do Nissei”, transmitido pela rádio Santo Amaro, em 1960, que destacava exemplos de nikkeis bem-sucedidos em diversas áreas⁴⁰.

Por meio dessa retrospectiva histórica, é possível perceber como a imagem dos imigrantes japoneses, a depender do contexto social e político de cada época, foi transformada e, também, o papel desempenhado pela mídia nesse processo de mudança. No início da imigração, quando interessava aos governos do Japão e do Brasil, os japoneses foram vistos como uma “raça não inferior” e, até mesmo, próxima aos brancos europeus, que eram os mais valorizados. Durante a II Guerra Mundial, período em que o fluxo imigratório foi interrompido e que o Brasil declarou guerra ao Eixo, essa imagem foi transformada e os japoneses que aqui viviam passaram a ser vistos como inimigos.

No entanto, é curioso observar que, passados mais de cem anos que os primeiros japoneses chegaram ao Brasil e muitos outros anos após o fim da segunda grande guerra, os brasileiros descendentes de japoneses continuam sendo referidos como nisseis; sanseis; de segunda, terceira ou quarta geração e não simplesmente como brasileiros. Esse aspecto da linguagem revela o quão complexa é a adoção de uma identidade plenamente brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Brasil seja o país com o maior número de nikkeis no mundo, não há muitas pesquisas realizadas sobre a temática. O que mais se encontra são estudos sobre a imigração, mas, ainda assim, a oferta não é extensa. Com relação às pesquisas sobre a identidade nikkei e suas representações sociais no Brasil, a quantidade encontrada é ainda mais limitada. Estudos dessa área com recorte de gênero são quase inexistentes. E, mais especificamente, pesquisas que abordam a violência contra a mulher nikkei não

³⁹ NOMURA, T., “Universo em segredo: a mulher nikkei no Brasil”, São Paulo, p. 66.

⁴⁰ MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, p. 70 cit.

foram, sequer, encontradas. É por considerar a importância de analisar a violência contra a mulher por uma perspectiva racial que a pesquisa mais ampla, da qual esse artigo faz parte, justifica-se.

A partir das pesquisas encontradas, é possível analisar as transformações pelas quais as representações sociais dos nikkeis passaram no Brasil. Da análise destes trabalhos, nota-se a importância não só de levar em consideração, mas de compreender como os fatos históricos, locais e globais, de cada época, estiveram diretamente articulados com essas mudanças. E, além disso, pensar de que forma a mídia atuou e atua na difusão, manutenção e transformação do imaginário sobre os japoneses.

Politicamente, quando foi interessante para o governo brasileiro se utilizar da mão de obra japonesa em suas terras, a imagem desses imigrantes foi construída e veiculada pelos meios de comunicação de forma amistosa. Posteriormente, no momento em que o Japão se tornou inimigo bélico do Brasil e a força de trabalho dos japoneses já não era mais tão necessária, aqueles, que há pouco tempo, tinham sido convidados a integrar o país, passaram a ser considerados como inimigos da nação.

Além disso, é interessante notar como essas transformações atuaram em relação à imagem da mulher japonesa: de gueixas idealizadas passaram a ser representadas como prostitutas. É curioso perceber como essa transformação, que ocorreu no final dos anos de 1920, vai ao encontro dos debates antinipônicos da Constituinte de 1934, reforçando a ideia racista do perigo e do risco da miscigenação dos brasileiros com os japoneses.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, nota-se que a imagem dos japoneses como “perigo amarelo” aos poucos foi se transformando. Em parte, porque o Japão deixou de ser considerado como inimigo político e, de outro lado, porque as relações sociais entre brasileiros e japoneses também se alteraram ao longo do tempo. Sobre este último aspecto, a alteração nas relações e nas representações dos japoneses pode ser explicada, em parte, pela mudança na intenção dos nikkeis em relação a sua permanência no Brasil. Se os imigrantes da primeira fase vieram para o Brasil com a ideia de retornar para o Japão, os seus descendentes e os japoneses que vieram no segundo momento, diferentemente, já manifestavam a intenção de aqui se fixarem.

Diante disso, algumas questões permanecem instigando as pesquisas e os debates sobre o tema: de que forma os nikkeis são representados hoje no Brasil? Como esse imaginário sobre os japoneses dialoga com o processo histórico de transformação dessas representações e, também, com o contexto político local e global da atualidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CZEPULA, C. “Os indesejáveis chins”: a imigração chinesa nas páginas do Jornal Gazeta de Notícias (1879). ANPUHSP (XXIII), São Paulo, 2016, p. 1-13.
- HARADA, K. “As tensões geradas pela Segunda Grande Guerra”. O nikkei no Brasil (3. Edição), São Paulo, 2013, p. 69-73.
- JARAMILLO, I. C. “La crítica feminista al derecho”. Genero y teoria del derecho, Bogotá, 2000, p. 103-133.
- LESSER, J., “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”, São Paulo, 2015, p. 27-260.
- MIZUMURA, C. M. S., “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, 2011. Disponible en la web « <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23052013-121835/pt-br.php> » [10-05-2019]
- NOMURA, T., “Universo em segredo: a mulher nikkei no Brasil”, São Paulo, p. 8-64.
- NUCCI, P., “O perigo japonês”. Revista História Social (n. 12), Campinas, 2006, p. 133-149.
- NUCCI, P., “Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios”, São Paulo, 2010, p. 1-234.
- SAITO, H., “A presença japonesa no Brasil”, São Paulo, 1980, p. 108-143.
- SAKURAI, C., “Os japoneses”, São Paulo, 2011, p. 1-3571.
- TAKEUCHI, M. Y., “Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)”, 2009. Disponible en la web « <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-132805/pt-br.php> » [13-06-2019]
- WAISELFISZ, J. J., “Mapa da Violência 2015”, 2015. Disponible en la web « http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf » [12-05-2019]